

DESEMPENHO FISCAL DO GOVERNO FEDERAL EM FEVEREIRO DE 2025

- De acordo com as informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Federal apresentaram déficit de R\$ 31,7 bilhões em fevereiro de 2025, o melhor resultado para esse mês desde 2022, quando foi contabilizado um déficit de R\$ 23,6 bilhões, corrigido pela inflação. Em fevereiro do ano passado, foi registrado um rombo de R\$ 61,2 bilhões, a preços de fevereiro de 2025. Vale ressaltar que o resultado de fevereiro deste ano foi influenciado pela redução no pagamento de precatórios, no valor de R\$ 30,8 bilhões, cujos pagamentos foram adiados de forma intencional para passar a imagem logo ao início do ano de que o governo adota uma política fiscal contracionista, compatível, portanto, com a política monetária;
- No acumulado dos dois primeiros meses de 2025, as contas do governo registraram um superávit de R\$ 53,2 bilhões, bem acima do saldo positivo alcançado no mesmo período do ano passado, de R\$ 21,2 bilhões. Nesse período, houve um aumento real de 3,5% na receita líquida, com um valor acumulado de R\$ 401,6 bilhões, enquanto as despesas do governo somaram R\$ 348,4 bilhões, caindo 4,8% em termos reais, relativamente ao primeiro bimestre de 2024. No acumulado de doze meses, até fevereiro de 2025, o resultado primário do Governo Central foi de déficit de R\$ 13,2 bilhões, equivalente a 0,09% do PIB;
- Vale ressaltar que a meta do governo para 2025 é zerar o déficit das contas, que somou R\$ 43 bilhões em 2024. Pelas regras do arcabouço fiscal, o governo pode ter um déficit de até 0,25% do PIB sem que o objetivo seja formalmente descumprido, o que equivale a 30 bilhões. O orçamento de 2025, já aprovado pelo Congresso, projeta um superávit primário de R\$ 15 bilhões nas contas públicas, excluídos dos cálculos os gastos com precatórios. Se esse resultado se concretizar, o governo cumpre o arcabouço fiscal;
- Em fevereiro, o déficit de R\$ 31,7 bilhões foi provocado pelo resultado negativo das contas do Tesouro Nacional, cujo déficit alcançou R\$ 8,7 bilhões nesse mês, e da Previdência Social, que apresentou um déficit de R\$ 23,0 bilhões, enquanto o Banco Central apresentou um superávit de R\$ 9 bilhões;
- Os números de fevereiro mostram que, em valores reais, as receitas líquidas subiram 3,1%, impulsionadas pela elevação real de 1,4% nas receitas administradas pela Receita Federal, com destaque para o expressivo crescimento na arrecadação do Imposto de Importação, e de 7,5% na arrecadação líquida destinada à Previdência Social. Mas esse resultado foi influenciado negativamente pela queda na arrecadação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Além disso, houve retração real de 4,3% nas receitas não administradas, com destaque para a redução no recebimento de dividendos e participações, explicada pela diminuição da distribuição de lucros do Banco do Brasil;

- Do lado das despesas, o principal fator para diminuição dos gastos foi o adiamento do pagamento de precatórios, que implicou numa redução de R\$ 30,8 bilhões nas despesas totais do Governo. Em compensação, outros fatores influenciaram positivamente nas despesas nesse mês, como o aumento de R\$ 1 bilhão no abatimento de dívida dos estados junto à União, para compensar a perda de arrecadação com o ICMS, bem como o crescimento das despesas com benefícios previdenciários (R\$ 1,7 bilhão) e com Benefícios de Prestação Continuada-BPC (R\$ 1,1 bilhão), cuja expansão decorreu do aumento do número de pessoas atendidas e pelo reajuste do salário-mínimo. Outro fator de pressão sobre as despesas foi o aumento dos gastos com equalização de empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que levou a um acréscimo de R\$ 1,2 bilhão nas despesas com subsídios;
- Os gastos discricionários (não obrigatórios) registraram uma queda real de 11,9% em fevereiro de 2025, na comparação com o mesmo mês do ano passado, registrando uma redução de R\$ 1,5 bilhão;
- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi superavitário em R\$ 104,1 bilhões em Janeiro deste ano (dado mais recente disponível nas estatísticas fiscais do BACEN), acima do registrado no mesmo mês do ano passado (R\$ 102,1 bilhões). O Governo Central e os governos regionais registraram superávits respectivos de R\$ 83,1 bilhões e de R\$ 22,0 bilhões, enquanto as empresas estatais contabilizaram um déficit de R\$ 1,0 bilhão. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 75,3% do PIB, R\$ 8,9 trilhões, em janeiro de 2025, caindo 0,8 p.p. em relação a dezembro de 2024.

EM RESUMO:

Apesar do resultado negativo de fevereiro, pode-se afirmar que o acumulado dos dois primeiros meses do ano revela um cenário mais positivo, pois o Governo Federal conseguiu arrecadar mais do que gastou, fechando o período com um superávit de R\$ 53,2 bilhões, sendo o terceiro melhor para o primeiro bimestre desde 2022. Esse superávit foi possível graças aos saldos positivos alcançados pelo Tesouro Nacional e o Banco Central, os quais superaram o déficit da Previdência Social de R\$ 42,6 bilhões. Mas o principal fator que ajudou essa melhora nas contas públicas foi a redução no pagamento de precatórios, que possibilitou uma economia de R\$ 30,8 bilhões nos dois primeiros meses do ano. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, caiu 0,8 p.p. em janeiro de 2025, atingindo R\$ 8,9 trilhões, ou 75,3% do PIB.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Fevereiro e Janeiro-Fevereiro de 2025 (Milhões correntes)

Discriminação	Jan-Fev		Variação (2025/2024)		Fevereiro		Variação (2025/2024)	
	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	468.630	505.896	8,0%	3,1%	189.447	203.662	7,5%	2,3%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	98.044	104.314	6,4%	1,5%	56.733	59.877	5,5%	0,5%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	370.585	401.582	8,4%	3,5%	132.713	143.785	8,3%	3,1%
4. DESPESA TOTAL	349.390	348.398	-0,3%	-4,8%	190.980	175.459	-8,1%	-12,6%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	21.195	53.184	150,9%	136,5%	-58.267	-31.673	-45,6%	-48,3%
Tesouro Nacional	61.795	95.753	55,0%	47,7%	-34.496	-8.732	-74,7%	-75,9%
Banco Central	-107	-4	-95,8%	-95,9%	38	9	-76,8%	-77,9%
Previdência Social (RGPS)	-40.493	-42.565	5,1%	0,3%	-23.809	-22.950	-3,6%	-8,3%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,19%	2,77%	-	-	-6,48%	-3,28%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-2025 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO			
	2024	% do PIB	2025	% do PIB
Nominal	-22 232	-2,50	-63 737	-6,63
Governo Central(1)	-9 651	-1,09	-49 619	-5,16
Governos estaduais	-12 650	-1,42	-14 370	-1,50
Governos municipais	-2 020	-0,23	- 971	-0,10
Empresas estatais(2)	2 089	0,23	1 223	0,13
Juros nominais	79 914	8,99	40 358	4,20
Governo Central(1)	71 633	8,05	33 531	3,49
Governos estaduais	7 087	0,80	5 900	0,61
Governos municipais	757	0,09	711	0,07
Empresas estatais(2)	437	0,05	216	0,02
Primário	-102 146	-11,49	-104 096	-10,83
Governo Central	-81 283	-9,14	-83 150	-8,65
Governos estaduais	-19 736	-2,22	-20 270	-2,11
Governos municipais	-2 778	-0,31	-1 681	-0,17
Empresas estatais(2)	1 651	0,19	1 006	0,10
PIB acumulado no ano*	889 356	-	960 797	-

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2)Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

Tabela 3 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do Mês em relação ao mesmo Mês do ano anterior. Fevereiro-2024/2025 - Valores a preços de Fev./25 - IPCA – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	Fevereiro		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL (I)	199.028,20	203.662,30	4.634,20	2,30%
Receita Administrada pela RFB	126.434,10	128.230,40	1.796,20	1,40%
Imposto de Importação	5.048,70	7.120,30	2.071,60	41,00%
IPI	5.679,60	7.200,80	1.521,20	26,80%
Imposto sobre a Renda	59.880,30	57.630,40	-2.249,90	-3,80%
IOF	5.547,30	6.213,10	665,8	12,00%
COFINS	27.082,60	27.301,30	218,6	0,80%
PIS/PASEP	8.364,90	7.963,70	-401,2	-4,80%
CSLL	12.463,60	10.621,70	-1.841,90	-14,80%
CIDE Combustíveis	260,6	410,4	149,9	57,50%
Outras Receitas Administradas pela RFB	2.106,50	3.768,70	1.662,20	78,90%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	50.351,60	54.148,80	3.797,20	7,50%
Receitas Não Administradas pela RFB	22.242,40	21.283,20	-959,2	-4,30%
Concessões e Permissões	237,1	418,7	181,5	76,50%
Dividendos e Participações	3.960,70	2.722,40	-1.238,30	-31,30%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.493,80	1.481,60	-12,2	-0,80%
Exploração de Recursos Naturais	6.257,10	7.702,00	1.444,90	23,10%
Receitas Próprias e de Convênios	2.358,60	2.262,10	-96,6	-4,10%
Contribuição do Salário Educação	2.587,20	2.800,40	213,2	8,20%
Demais Receitas	5.347,90	3.896,10	-1.451,70	-27,10%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (II)	59.602,70	59.876,90	274,2	0,50%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	139.425,50	143.785,40	4.359,90	3,10%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 - Brasil - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior. Fevereiro - 2024/2025 - Valores a preços de Fev./25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	FEVEREIRO		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	200.639,50	175.458,60	-25.181,00	-12,60%
Benefícios Previdenciários	75.364,90	77.098,40	1.733,50	2,30%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.741,20	1.284,40	-456,9	-26,20%
Pessoal e Encargos Sociais	29.850,10	29.507,10	-342,9	-1,10%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	701,5	175,3	-526,2	-75,00%
Outras Despesas Obrigatórias	54.277,50	27.701,10	-26.576,40	-49,00%
Abono e Seguro Desemprego	7.431,60	7.850,60	419	5,60%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0	1.040,00	1.040,00	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.146,40	10.268,50	1.122,10	12,30%
Créditos Extraordinários	112,8	307,5	194,7	172,70%
Fundeb - Complementação da União	2.651,70	3.107,30	455,6	17,20%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.502,40	1.325,30	-177	-11,80%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	349	332,1	-16,9	-4,80%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	31.041,00	237,8	-30.803,20	-99,20%
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.148,80	2.383,70	1.234,80	107,50%
Impacto Primário do FIES	216,2	157,7	-58,5	-27,10%
Demais	677,8	690,7	12,9	1,90%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	41.147,00	41.151,90	4,9	0,00%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	28.689,70	30.174,80	1.485,00	5,20%
Discricionárias	12.457,20	10.977,10	-1.480,10	-11,90%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Wellington Santos Damasceno. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliane Cordeiro Barroso. Estagiário: Guilherme Miranda Soares. Jovem Aprendiz: Pedro Ícaro Borges de Souza.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Deste modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte